

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 08 de fevereiro de 2021 às 07h36
Seleção de Notícias

O Globo | BR

Direitos Autorais

Google faz acordo para pagar por conteúdo na Austrália 3
ECONOMIA

BOL - Notícias | BR

05 de fevereiro de 2021 | Patentes

Não adianta quebrar patente de vacina da Covid se países são incapazes de produzi-las, diz advogado 4

Gazeta do Povo - Online | PR

05 de fevereiro de 2021 | Marco regulatório | INPI

Vale do São Francisco será a primeira indicação de procedência de vinhos tropicais do mundo .. 6
BOM GOURMET

Google faz acordo para pagar por conteúdo na Austrália

ECONOMIA

Plataforma News Showcase, porém, não inclui os maiores veículos do país

O Google lançou ontem uma nova plataforma na Austrália oferecendo notícias pelas quais pagou, em acordos próprios de conteúdo com editoras, tentando mostrar que é desnecessária a legislação proposta pelo governo australiano para impor pagamentos por **direitos** autorais.

Lançada anteriormente no Brasil e na Alemanha, entre outros países, a plataforma News Showcase estava originalmente programada para entrar em operação em junho passado na Austrália. Mas o Google, de propriedade da Alphabet, adiou os planos quando o governo australiano decidiu tornar uma exigência legal, para Google e Facebook o pagamento às empresas de mídia locais por conteúdo.

O Google vinha fazendo lobby junto ao governo, dizendo que a legislação era "impraticável", e ameaçou

sair do país se ela fosse implementada.

Pela legislação proposta, Google e Facebook teriam de pagar editoras e emissoras australianas pelo conteúdo incluído nos resultados de busca e feeds de notícias. Se não houvesse acordo, um árbitro nomeado pelo governo decidiria o preço.

O News Showcase prevê pagamentos a sete veículos australianos pelo uso do conteúdo. Os grandes jornais, porém, não fazem parte.

Os detalhes financeiros não foram divulgados. Mas, em comunicado, o Google disse já ter investido globalmente US\$ 1,3 bilhão na iniciativa.

- Isso oferece uma alternativa ao modelo proposto pelo governo - disse Derek Wilding, professor do Centro de Transição de Mídia da Universidade de Tecnologia de Sydney. - Resta saber se as editoras maiores vão aceitar.

Não adianta quebrar patente de vacina da Covid se países são incapazes de produzi-las, diz advogado

Na medida em que avança no mundo, a vacinação contra a Covid-19 se tornou a maior esperança dos países para vencer a pandemia. A imunização em massa vai viabilizar a retomada econômica nos cinco continentes. É neste contexto que um grupo de países em desenvolvimento, liderados pela Índia e a África do Sul, brigam na Organização Mundial do Comércio (OMC) para conseguir quebrar as patentes das vacinas já disponíveis - quase todas desenvolvidas por países ricos.

Na medida em que avança no mundo, a vacinação contra a Covid-19 se tornou a maior esperança dos países para vencer a pandemia. A imunização em massa vai viabilizar a retomada econômica nos cinco continentes. É neste contexto que um grupo de países em desenvolvimento, liderados pela Índia e a África do Sul, brigam na Organização Mundial do Comércio (OMC) para conseguir quebrar as patentes das vacinas já disponíveis - quase todas desenvolvidas por países ricos.

Nesse embate, segundo a imprensa brasileira, o governo do Brasil optou por se opor à proposta, o que representou uma virada na postura histórica da diplomacia do país. Brasília costumava liderar iniciativas como essa para viabilizar mais medicamentos genéricos para os países pobres. Desta vez, porém os brasileiros primeiro se colocaram ao lado dos países desenvolvidos e, nas últimas reuniões sobre o tema, preferiram o silêncio - evitando, assim, novos constrangimentos com a Índia, de onde vêm os insumos importados para a produção das vacinas no Brasil.

"Juridicamente, a discussão é muito simples: não precisa de modificação legal nenhuma. O que está ocorrendo na esfera internacional é, sobretudo, política", afirma o advogado Gabriel Leonardos, vice-presidente da Associação Brasileira de Propriedade Intelectual. "Do ponto de vista do cabo

de guerra das nações, o Brasil fez uma inflexão em relação a governos passados. No governo atual, há uma busca, que não está errada, de procurar uma inserção junto às economias mais desenvolvidas. A prioridade absoluta do governo brasileiro é o ingresso na OCDE e o posicionamento da OMC poderia se explicar por esse objetivo", analisa.

OMC prevê licença compulsória em casos de saúde pública

Leonardos, que também é presidente da Comissão de Propriedade Intelectual do Conselho Federal da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), explica que a licença compulsória de um produto, chamada popularmente de **quebra** de patentes, é reconhecida internacionalmente desde 1925. Há 20 anos, a OMC enquadra essa concessão diante da necessidade de saúde pública, entre outras circunstâncias.

"Todos misturam a discussão da capacitação técnica com a discussão das **patentes**. Eu acho infeliz essa mistura", avalia o especialista. "Não adianta nada decretar a licença compulsória e não ter a capacidade para explorar a invenção adequadamente, algo que exige uma capacidade industrial e uma logística muito sofisticadas."

Esse é o caso da maioria dos países em desenvolvimento e emergentes. No caso do Brasil, Leonardos relata que as perspectivas mais otimistas apontam que o país seria capaz de produzir o Ingrediente Farmacêutico Ativo (IFA) de uma das vacinas contra a Covid-19 em no mínimo um ano. A partir desta fórmula, o "coração" do imunizante, é que o produto pode ser fabricado em grande escala. "Hoje, se decretassem a licença compulsória de todas as vacinas, a gente iria ficar olhando para o horizonte. A gente não conseguiria, hoje, produzir nada", afirma o advogado.

Continuação: Não adianta quebrar patente de vacina da Covid se países são incapazes de produzi-las, diz advogado

É por isso que, até hoje, o país só determinou uma licença compulsória, a do medicamento Efavirenz, contra o vírus da aids - que o Brasil só foi capaz de fabricar sozinho três anos depois.

Acordo com fabricante traz mais benefícios

No caso atual, a opção de Brasília seria privilegiar acordos de licenciamento direto com as farmacêuticas, em vez de lançar a cartada da **quebra** de patentes, em meio à emergência sanitária.

"Quando é possível, é muito mais vantajoso fechar contratos diretos", frisa o especialista. "O acordo, do ponto de vista da qualidade do produto, da rapidez e da absorção da tecnologia, é sempre melhor. Você pode pagar mais, mas você também vai receber mais: a empresa vai no país, manda técnicos e ajuda na fabricação."

O advogado destaca ainda que a pandemia evidencia o quanto o planeta investiu pouco em vacinas nos últimos 50 anos. Em regra geral, o financiamento para o desenvolvimento de novos produtos é majoritariamente público.

"O sistema de patentes é eficaz para estimular inovações em medicamentos paliativos - o que, muitos

dizem, é mais lucrativo, já que seria do interesse das empresas ter o medicamento que um doente vai precisar consumir por um longo tempo. Entretanto, ele não tem sido eficaz para estimular investimentos em vacinas", observa Leonardos. "A margem de lucro é muito pequena, o risco é imenso, os investimentos são brutais e, quando ela está pronta, tem o problema político do preço. Ninguém vê que, para chegar a uma determinada vacina, foram precisos US\$ 30 bilhões de investimentos em pesquisa. As pessoas só veem o custo de fabricação, mas não é assim que funciona."

O advogado sublinha que a cada 10 mil moléculas pesquisadas, em geral só uma chega ao consumidor. "E esta uma tem que custear a pesquisa e o desenvolvimento não só dela própria, como de todos os outros que deram errado. É por isso que é preciso uma margem de lucro saudável", explica.

Leonardos ressalta ainda o papel de protagonista que a Índia, maior fabricante mundial de medicamentos genéricos, assumiu nesta pandemia - e que a iniciativa indiana na OMC reflete os interesses econômicos nacionais. "É para consumo interno, mas também para exportar para o mundo todo", resume.

Vale do São Francisco será a primeira indicação de procedência de vinhos tropicais do mundo

BOM GOURMET



Uvas brancas produzidas no semiárido nordestino.
Foto: Giuliano Pereira/Embrapa

Você sabia que no semiárido brasileiro, no Vale do São Francisco, há uma grande produção de vinhos? A região, que se consolidou como polo produtor de vinhos finos e redesenhou o mapa vinícola do país, está cada vez mais perto de dar um importante passo: ter o reconhecimento de Indicação de Procedência (IP) do Vale do São Francisco para vinhos finos tranquilos e espumantes. A IP é uma das modalidades do sistema de **Indicação** Geográfica, que se refere à região pela produção, fabricação ou extração de determinado produto ou serviço. Vale lembrar que no Brasil, a primeira **Indicação** Geográfica registrada foi a do Vale dos Vinhedos, responsável por 90% da

produção viticultora nacional.

O pedido está em análise no Instituto Nacional da Propriedade Industrial (**INPI**) desde dezembro e, agora, aguarda apenas a última etapa, que é o reconhecimento pelo órgão. A Indicação de Procedência é resultado de pesquisas desenvolvidas em parceria entre o setor produtivo e a Embrapa Uva e Vinho e torna o Brasil pioneiro em todo o mundo.

“Essa será a primeira Indicação de Procedência de vinhos de regiões tropicais do mundo, utilizando o modelo estrutural similar às **Indicações** Geográficas adotadas por renomados produtores da União Europeia,” comemora o pesquisador da Embrapa Giuliano Pereira, que coordenou o processo.

Região será a primeira em todo o mundo a ter vinhos tropicais. Foto: Divulgação/Embrapa

A obtenção do registro de procedência vai aprimorar ainda mais a qualidade dos vinhos que chegam aos consumidores, garantindo produtos de origem qualificados. A conquista também ajuda a promover e a ampliar a visibilidade da região produtora, estimulando o enoturismo e fortalecendo a vitivinicultura. Hoje, as principais marcas produzidas na região que chegam ao consumidor são a Rio Sul e a Terranova, produzida pela gaúcha Miolo no nordeste brasileiro.

Uma importante característica dos vinhos tropicais é que eles podem ser produzidos e comercializados durante o ano inteiro. O colunista do Bom Gourmet, Guilherme Rodrigues, já visitou a região e destaca que são produzidos especialmente bons espumantes brancos e rosés. “Uma das particularidades da produção é que as parreiras, devido ao clima, ficam em estado de dormência. Quando são irrigadas, elas retomam o ciclo vegetativo e voltam a produzir. Isso

Continuação: Vale do São Francisco será a primeira indicação de procedência de vinhos tropicais do mundo

permite ter mais safras ao longo do ano e, também, vinhos mais novos, o que é uma boa característica para os frutados?, explica.

Segundo o pesquisador Giuliano Pereira, os vinhos tropicais do Vale do São Francisco são na sua maioria jovens, frescos, aromáticos. Os tipos de produtos autorizados na identificação de procedência são os vinhos tranquilos brancos, tintos e rosés e vinhos espumantes brancos e rosés (bruts, demi-secs e moscatéis), elaborados com 100 % de uvas produzidas na área geográfica delimitada.

Encontrou algo errado na matéria?

comunique erros Sobre a Gazeta do Povo Use este espaço apenas para a comunicação de erros Seu nome Seu e-mail Sua mensagem Máximo de 700 caracteres [0]

Aceito que meu nome seja creditado em possíveis erratas.

Aceito receber e-mails da Gazeta do Povo e seus parceiros. Cancelar ENVIAR Sobre a Gazeta do Povo

Sua Leitura 0 pontos Esta matéria: +0 Principais Manchetes

Bolsonaro: governo deve propor projeto para mudar cobrança de ICMS sobre combustíveis

Os privilégios de funcionários de estatais? e o que o governo pretende fazer

Brasil tem doses para vacinar 26% da população prioritária no 1º trimestre

Quem é negacionista?+ em Bom Gourmet

De onde vem a má fama da uva passa?

Franqueador x franqueados: como essa relação mudou com a pandemia

Consumo de vinhos bate recorde na quarentena e rótulos nacionais ganham espaço

Maniacs acelera lançamento de e-commerce e estreita relação com o consumidor Tudo sobre: Brasil Característica Clima Embrapa Espumantes qualidade União Europeia Vinhos Receba Nossas Notícias Newsletter No Celular Receba nossas newsletters Receber

Ao se cadastrar em nossas newsletters, você concorda com os nossos Termos de Uso.

Receba nossas notícias no celular

WhatsApp

Messenger

Telegram

WhatsApp: As regras de privacidade dos grupos são definidas pelo WhatsApp. Ao entrar, seu número pode ser visto por outros integrantes do grupo.

Guta Bolzan, especial para o Bom Gourmet

Índice remissivo de assuntos

Direitos Autorais

3

Patentes

4

Denominação de Origem

6

Marco regulatório | INPI

6